



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	-3. ABR. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

No Rotary Clube de Lisboa Guedes da Silva defende espaço económico Portugal/ex-colónias

A criação de um espaço económico entre Portugal e os países africanos de expressão oficial portuguesa foi defendida pelo empresário nortenho Bernardo Guedes da Silva numa palestra proferida, antontem, durante um almoço do Rotary Clube de Lisboa.

A este propósito, Guedes da Silva focou a Cimeira dos Chefes de Estado de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, há dias realizada em Maputo, onde o presidente Samora Machel considerou que o tipo de relações de que estes países são promotores deve estar aberto a outras nações que a eles se queiram juntar em determinadas áreas.

Estas considerações foram feitas pelo orador para demonstrar, segundo o seu ponto de vista, que a adesão de Portugal à CEE só deveria efectivar-se depois de se estabelecer um espaço económico entre o nosso País e as ex-colónias. «Caso contrário — disse — a referida adesão terá somente um carácter político, uma vez que, a nossa indústria e agricultura não estão preparadas para enfrentar as exigências da CEE.»

Os custos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia foram equacionados por Guedes da Silva, através de uma óptica empresarial, tendo na sua exposição dado especial realce à vinicultura e às indústrias têxteis e do calçado.

O polémico empresário, referindo-se à vinicultura, diria que a produção da CEE é excedentária, pelo que, à partida, Portugal iria ter grandes dificuldades em colocar os seus produtos, nomeadamente o vinho do Porto.

Completando o seu ponto de vista, disse que, na região demarcada do Douro, o compasso, ou seja, a distância que medeia cepa a cepa, varia entre os 60 e os 80 cm, enquanto que pelo Tratado de Roma, os países membros da CEE são obrigados a ter um compasso de 3,20 metros a 4 metros. Os nossos vinicultores terão portanto de cortar cepas, recebendo por cada uma delas 6000 dólares de indemnização que, não se sabe ainda bem como vai ser aplicada para compensar os prejuízos que necessariamente advirão.

No que diz respeito à indústria do calçado, Guedes da Silva diria que estamos a perder mercados potenciais, devido à nossa política com as ex-colónias, a favor de outros países, como por exemplo a Espanha, que assinou agora com Angola, por ocasião da visita do ministro Lopo do Nascimento a Madrid, um contrato para o fornecimento de sapatos, até 1983, no valor de 11 milhões de contos.

Relativamente à indústria têxtil, vocacionada para os mercados africanos, e de reconversão difícil, dada as exigências e saturação do mercado europeu, Guedes da Silva defendeu a necessidade de a banca nacionalizada adquirir máquinas têxteis de fábricas portuguesas e, através de acordos, colocá-las nos novos países africanos, onde produziriam «in loco» o que aqueles países mais necessitassem.

Bernardo Guedes da Silva defendeu, ainda, o papel que Portugal poderia desempenhar, dada a sua situação geográfica, de «placa giratória» nas relações comerciais entre a Europa e a África.

PS analisa congressos distritais

O Secretariado Nacional do Partido Socialista, na sua reunião de ontem, apreciou os resultados dos Congressos das Federações Distritais, realizados no passado fim-de-semana. O Secretariado Nacional congratulou-se pela forma democrática e plena de maturidade política como decorreram os referidos Congressos, que assim contribuíram para uma maior coesão e reforço da militância dos socialistas no prosseguimento dos objectivos estratégicos centrais deste ano eleitoral: a derrota da AD e a vi-

tória do candidato presidencial proposto ou apoiado pelo PS.

«A riqueza dos debates travados e a qualidade das moções apresentadas foram o melhor testemunho da capacidade política dos quadros e militantes socialistas e da possibilidade de conciliar divergências democraticamente assumidas com a unidade na acção», salienta o comunicado.

Provou-se que o PS dispõe agora de estruturas federativas à altura das importantes batalhas eleitorais que se avizinham — finaliza o texto do Secretariado.



Cavaco e Silva fala do défice de 141 milhões de contos do OGE

Ministro das Finanças revela

Défice do OGE ascende a 141 milhões de contos

Cavaco e Silva, ministro das Finanças e do Plano, declarou ontem, em conferência de Imprensa, que o «défice global do Orçamento Geral do Estado ascende a 141,2 milhões de contos, o que constitui o recurso total à dívida pública».

Segundo o ministro, este valor traduz um aumento de 16,7 por cento relativamente ao ano passado, mas significa um «decréscimo em termos reais».

No que respeita ao Produto Interno Bruto (PIB) o défice global, para este ano, representa uma percentagem de 11,6 por cento, contra 12,2 em 1979. Quanto ao défice corrente do OGE, previsto para 1980, situa-se nos 53,7 milhões de contos.

Cavaco e Silva referiu os juros da dívida pública, que passaram de 28,5 milhões de contos, de 1979, para 38,7 milhões, em 1980, o que se ficará a dever aos «défices orçamentais registados em anos anteriores» e ao «aumento das taxas de juro nos mercados internacionais».

O ministro disse, ainda, que este montante se verifica, ainda que tenha havido uma redução de quinze milhões de contos no pagamento de juros ao Banco de Portugal, «fruto da revalorização do ouro».

Para a cobertura dos défices de exploração do sector empresarial do Estado, o montante de subsídios eleva-se a onze milhões de escudos.

Um aumento de 25 por cento registar-se-á relativamente aos encargos com o pessoal, tendo Cavaco e Silva acusado o V Governo de «ignorância total» da forma como seriam cobertas as despesas das medidas tomadas em Dezembro. Este aumento de 25 por cento diz igualmente respeito aos novos vencimentos do funcionalismo público, previstos para este ano.

Para o conjunto do sector público administrativo, o défice será avaliado em 41 milhões de contos, inferior em seis por cento ao registado em 1979.

Receitas aumentam 43 milhões

As receitas fiscais do OGE para 1980 aumentarão 43,3 milhões de contos, relativamente ao ano passado. O aumento mais significativo verifica-se na área dos impostos indirectos — 28,5 milhões de contos — com destaque para o imposto de transacções.

Imposto do selo, imposto sobre a venda de automóveis e imposto do consumo sobre o tabaco darão subidas apreciáveis nas suas cobranças.

Quanto a impostos directos, prevê-se um aumento de 17,5 milhões de contos e, por outro lado, foi inscrito em receitas de capital um montante de quatro milhões de contos a transferir pelo Fundo de Desemprego para o OGE. Segundo afirmou o ministro, este montante será

destinado ao financiamento de investimentos do Plano ou de outros empreendimentos, com relevância no domínio da política do emprego.

391 milhões para despesas orçamentais

As despesas abrangidas pelo Orçamento Geral do Estado elevam-se a 391,7 milhões de contos, sendo de 355, o montante relativo ao conjunto da Administração Central, não considerando os organismos com autonomia.

As transferências do OGE para as autarquias locais atingem 30,4 milhões de contos, a que acresce uma verba de mil e oitocentos contos para investimentos intermunicipais.

O Ministério da Defesa Nacional aparece no segundo lugar dos ministérios mais contemplados com aumentos, com o valor de mais cinco milhões e trezentos mil contos, logo a seguir ao Ministério da Educação e Ciência, que tem um aumento de seis milhões e meio.

Habituação e Obras Públicas apenas terão mais quatro milhões e trezentos mil contos e Assuntos Sociais contentar-se-ão com um aumento de três milhões e duzentos mil contos.

Mexidas no Imposto Complementar

A política fiscal proposta para 1980, nomeadamente na parte referente aos impostos — que Cavaco e Silva afirmou irem ser reduzidos — interessa, sobretudo, aos portugueses.

Conhecidas as alterações assinaladas há já algum tempo no que respeita ao Imposto Profissional, importa referir o que o ministro apontou para o Imposto Complementar.

Serão aumentados os escalões de rendimento, passando primeiro a incluir rendimentos até 100 contos, o segundo de 100 a 200 contos, aumentando os restantes de 150 em 150 contos.

Haverá duas tabelas de taxas: uma para casados e outra para os restantes contribuintes, sendo as taxas 20 por cento mais elevadas para estes. As deduções para mínimo de existência sobem para 120 contos, para os casados, e 80 para os outros; a dedução máxima relativa aos rendimentos de trabalho sobe de 25 para 30 contos. As deduções para filhos são fixadas em 10 contos até 11 anos e 20 contos, para filhos com mais de 11 até 24. Os filhos maiores (até esta última idade) são abrangidos desde que matriculados em

estabelecimentos do ensino médio ou superior, com aproveitamento escolar.

Estas alterações ao Imposto Complementar aplicar-se-ão já aos rendimentos do ano de 79. Em resultado disso, um casal em que os dois cônjuges trabalhem só pagará impostos pela parte do rendimento auferido, nesse ano, que exceda os 220 contos.

No domínio dos impostos indirectos, é de assinalar o aumento de 20 por cento do Imposto de Consumo de Tabaco e o alargamento do âmbito de incidência do imposto às chamadas telefónicas, com taxa de 10 por cento, ainda que esta medida não possa ser repercutida para o utente.

Ainda segundo o ministro das Finanças, são ampliadas as isenções da contribuição predial e da sisa para os que adquiram ou construam casa própria.

Administração Central

O programa de investimentos e despesas de desenvolvimento da Administração Central atingirá 68 milhões de contos. O programa de investimentos do sector empresarial do Estado (PISEE) deverá incluir projectos no valor global de 71,5 milhões de contos, dos quais 19 milhões consignados pelo OGE, estando assim distribuídos: 38 por cento para os transportes e os restantes cinco por cento para os outros sectores.

No que respeita às finanças locais, Cavaco e Silva disse estar o Governo na disposição de criar uma linha de crédito especial para as autarquias locais, destinada ao financiamento de investimentos nos sectores da habitação, saneamento básico e construção civil.

O ministro acentuou, ainda, que o conjunto de receitas postas à disposição dos municípios, em execução da Lei das Finanças Locais, ascenderá a 38 milhões de contos.

Cavaco e Silva disse pensar que este OGE consagra o aumento do poder de compra dos portugueses e revelou que algumas das críticas do Conselho Nacional do Plano tinham sido tidas em conta.

Na sua opinião, cerca de 18 a 20 mil novos postos de trabalho surgirão este ano e falou num próximo aumento de pensões.

Aquele membro do Governo disse, ainda, que os custos do défice orçamental serão suportados pelo recurso à colocação de títulos junto do público, junto do sector bancário e pelo recurso ao empréstimo externo, tendo o Governo solicitado já à Assembleia da República autorização para contrair um empréstimo de 350 milhões de dólares.